



JUSTIFICATIVA DISPENSA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS COMPLEMENTARES

1. Introdução

Este documento serve como justificativa formal para a dispensa da publicação antecipada por três dias para recebimento de proposta complementar, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021, no processo de Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços para a realização de reparos na ponte do Córrego da Barra, localizada na região do Pesque e Pague Rio Verde, compreendendo serviços de corte com maçarico de oxigênio, remoção da estrutura danificada, execução de soldagem em toda a estrutura metálica, bem como a instalação de vigas e colunas em ferro trilha atendendo as necessidades da secretaria de administração.

2. Justificativa para Dispensa de Publicação para recebimento de proposta complementar.

A contratação do serviço de recuperação de ponte com estrutura em madeira e base metálica justifica-se em razão da situação emergencial constatada no local, tendo em vista que a referida ponte apresentava risco iminente de colapso, encontrando-se em avançado estado de deterioração e processo de desabamento, circunstância que colocava em grave risco a segurança de pessoas, veículos e bens.

Ressalta-se que a ponte possui importância estratégica para a região, por ser via essencial de acesso às fazendas locais e ao Município de Santo Antônio da Barra, além de ser amplamente utilizada para o tráfego de veículos destinados ao escoamento da safra agrícola, atividade de relevante interesse econômico e social. A paralisação ou demora na execução dos serviços poderia ocasionar prejuízos significativos à economia local, bem como comprometer a mobilidade, a segurança pública e o interesse coletivo.

Diante desse cenário, restou plenamente caracterizada a urgência na adoção de medidas imediatas, não sendo possível aguardar os prazos inerentes a um procedimento licitatório regular, sob pena de agravamento dos danos estruturais e aumento do risco à integridade física dos usuários da via.

Nesse contexto, a contratação direta encontra amparo no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando evidenciada a necessidade de atendimento imediato para evitar prejuízos ou comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, limitando-se a contratação ao estritamente necessário para o enfrentamento da situação emergencial.

Dessa forma, a dispensa de publicação para recebimento de proposta complementar mostra-se legal, necessária e devidamente fundamentada, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, razoabilidade e interesse público, garantindo a pronta solução da situação emergencial apresentada

3. Compromisso com a Transparência e a Ética

Reafirmamos nosso compromisso com a transparência e a ética administrativa. Todo o processo de contratação e as decisões tomadas serão documentadas, estando disponíveis para revisão e auditoria.



PREFEITURA
**SANTO ANTÔNIO
DA BARRA**

Uma cidade cada vez melhor para se viver!

Gestão 2025/2028

4. Fundamentação

Atendendo ao que a legislação preconiza, conforme art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21 (NLL), que, por sua vez, a Lei determina que as contratações diretas, por dispensa em razão do valor, sejam precedidas **preferencialmente** “... de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa”.

O termo “**preferencialmente**” faz com que se torne absolutamente imprescindível a inclusão de justificativa, caso se opte por não se efetuar o procedimento previsto no referido parágrafo.

Preliminarmente, cabe destacar que o Processo Licitatório em questão teve todos seus atos devidamente publicados, ocorreu em perfeita sintonia com os ditames legais.

Ainda, a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/21, no tocante à modalidade e ao procedimento.

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comumente chamada de Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC, prevê, em seu art. 75, dezenas de hipóteses de contratação direta por dispensa de licitação, incluindo as dispensas de licitação em razão do valor, previstas nos incisos I e II, que são as mais conhecidas, juntamente com a dispensa emergencial.

Especificamente para as duas primeiras hipóteses, de dispensa de licitação em razão do valor do dispêndio no exercício, a NLLC prevê que deve ser feita preferencialmente a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, com o propósito específico de obter propostas adicionais. Confira o excerto abaixo, com a redação completa do dispositivo:

Art. 75, § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.”

Em primeiro lugar, observe-se que tal procedimento não é obrigatório, em que pese ser de uso preferencial e exigir motivação para o seu afastamento. E como a Controladoria-Geral da União-CGU indica que o custo processual é diretamente proporcional ao tempo gasto no processo administrativo de contratação, se a potencial economia obtida na disputa não compensar tais custos, a Dispensa Eletrônica se tornaria "deficitária".

Em segundo lugar, observe-se que a lei determina que deve ser selecionada sempre a proposta mais vantajosa. E, para tanto, **foi adotado o procedimento de “NEGOCIAÇÃO”**, que a NLLC faculta para uso na licitação e seria no mínimo desarrazoado proibir a negociação no procedimento de contratação direta, já que para ele a legislação prevê controles menos burocráticos, e não há sequer previsão legal de disputa neste caso.

É importante observar que, pela ordem do texto constitucional, a isonomia é uma garantia intrínseca à licitação, não exigível nos casos onde o legislador permite afastar a licitação e realizar a contratação direta:

“Art. 37, XXI - ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de



PREFEITURA
**SANTO ANTONIO
DA BARRA**

Uma cidade cada vez melhor para se viver!

Gestão 2025/2028

licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes...

É dizer que, se a Administração adotar legitimamente uma das hipóteses legais de contratação direta, não há que se impor a ela o dever de garantir a isonomia entre todos os potenciais interessados naquela contratação, já que se trata de contratação direta, sem obrigação de disputa. Até mesmo por isto o legislador previu o controle de fracionamento, que deve levar em conta o ramo de atividade dos potenciais fornecedores e, somente quando ultrapassado o limite legal de valor, somado ao longo de todo o exercício, é que o órgão fica obrigado a cumprir o dever constitucional de licitar e, com isto, garantir a isonomia.

Se observarmos as exigências legais para o processo de contratação direta, vamos notar que no art. 72 da NLLC exige-se a indicação da "razão da escolha do contratado", por tanto, observa-se que a empresa a ser contratada possui vasta gama de atendimentos a entes municipais, bem como, prestou com excelência outras contratações realizadas junto ao nosso município, conforme previsão nos termos do §3º do art. 87 da NLLC.

5. Conclusão

Com base nos argumentos apresentados, justifica-se a dispensa da publicação antecipada por três dias para a Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços para a realização de reparos na ponte do Córrego da Barra, localizada na região do Pesque e Pague Rio Verde, compreendendo serviços de corte com maçarico de oxigênio, remoção da estrutura danificada, execução de soldagem em toda a estrutura metálica, bem como a instalação de vigas e colunas em ferro trilha. Esta medida é tomada no melhor interesse da comunidade atendida e em conformidade com as normas legais pertinentes.

Santo Antonio da Barra, aos 04 dias de fevereiro de 2026.

MARCIO GLEIBE CAMARGOS

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO